

**VISÕES DO PASSADO: COMENTÁRIOS SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS
NO BRASIL DE 1945 A 1964(*)**

Gláucia Villas Boas(**)

RESUMO

Este artigo observa e analisa características da constituição interna das Ciências Sociais, valendo-se para isso de uma reconstrução do seu perfil disciplinar e temático, através do qual condições histórico-sociais e institucionais que se inscrevem no processo de elaboração do conhecimento também podem ser reconhecidas. Tomando o livro como recurso empírico e as duas décadas de 1945 a 1964 (período de consolidação), mostra-se a importância atribuída ao passado e à sua reconstrução assim como à construção nacional e à modernização. Indica-se, finalmente, que, apesar das dificuldades entre as diversas ciências sociais, as preocupações centrais são essencialmente as mesmas no período estudado.

O desejo de explicar, compreender e atribuir sentido às relações que os homens travam entre si não constitui privilégio das sociedades ditas modernas. Nem caracteriza um grupo social treinado para a reflexão e o estudo. Diz Croce que "não é dado conhecer ho-

(*) Estas reflexões resultam de pesquisa para tese de doutoramento, sob orientação de Maria Isaura Pereira de Queiroz.

(**) Socióloga, professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

mens que não pensam e não narrem de algum modo suas coisas". (1)

No decorrer da história, entretanto, variam a constituição do conhecimento, o grupo que o elabora, os objetos selecionados para a reflexão e o sentido social do saber adquirido. A identidade entre os homens pode ser reconhecida no fato de que todos pensam e narram suas coisas. Contudo, é notável a diversidade dessas "narrativas" quando se busca caracterizá-las e conhecê-las.

Essas considerações apontam duas questões sempre presentes nas análises sociológicas da produção do conhecimento da vida social. Dizem respeito à identidade e à diferença das formas de conhecer e à relação que guardam com a sociedade em que são constituídas. Embora não seja possível discutir as diversas perspectivas teóricas que contribuem para a compreensão desses problemas, não se deixa de mencioná-los, (2) porque se impõem de imediato no momento em que se elegem as Ciências Sociais como objeto de investigação.

Neste trabalho, guarda-se o princípio de que as Ciências Sociais são "narrativas" específicas tanto pela sua constituição interna como pela evidência de que a possibilidade de elaborá-las está definitivamente relacionada com um grupo e uma sociedade espe

(1) CROCE, Benedetto. Teoria e história de la Historiografia, apud IGLESIAS, Francisco. IN: Introdução à Historiografia econômica. Belo Horizonte, UFMG/Fac. Ciências Economicas, p. 13.

(2) Referimo-nos aqui a algumas linhas teóricas que vêm sendo recebidas e reelaboradas em trabalhos sobre o pensamento social; a lista não esgota a contribuição teórica à Sociologia do Conhecimento: MARX, Karl. Marx-Engels Werk (MRW). Verlin (Ost), 1978; MANNHEIM, Karl. Ideologia y utopia. Madrid, Aguilar, 1966; WEBER, Max. Soziologie, weltgeschichtliche analyse, politik. Johannes Winckelmann (ed). Stuttgart, Alfred Kroener Verlag, 1956; NORBERT, Elias. Weber den prozess der zivilisation. Frankfurt A.M., Suhrkamp Verlag, 1977; MARCUSE, Herbert. Ideologia da Sociedade Industrial. R.J., Zahar, 1967; MERTON, Robert K. Sociologia, teoria e estrutura. S.P., Mestre Jou, 1968; LEVI-STRAUSS, Claude. La Pensee Sauvage. Paris, Plon, 1962; FOUCAULT, Michel. Les Mots et les Choses. Paris, Gallimard, 1966; BOURDIEU, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. S.P., Perspectiva, 1974.

cíficos. Seu objetivo é observar e analisar características da constituição interna das Ciências Sociais, valendo-se para isso de uma reconstrução de seu perfil disciplinar e temático. Pressupõe-se que este é um percurso através do qual condições histórico-sociais e institucionais que se inscrevem no processo de elaboração do conhecimento também podem ser reconhecidas; além disso, informa sobre os limites diante dos quais os cientistas sociais fizeram sua própria história.

Os quase vinte anos que transcorrem de 1945 a 1964 são relevantes para uma apreciação das polêmicas, controvérsias e disputas relativas à delimitação de fronteiras disciplinares. A institucionalização acadêmico-universitária das Ciências Sociais, inaugurada nos anos 30, encaminha os passos de sua consolidação num momento em que as condições políticas lhe são favoráveis.

Finalmente, para realizar a tarefa à qual nos propomos, utilizou-se o livro como recurso empírico. A pesquisa se baseia no levantamento e na análise de títulos de Ciências Sociais publicados entre 1945 e 1964. O livro materializa o saber adquirido e completa o processo de conhecimento quando o torna público. Com o decorrer do tempo, não só guarda e acumula conhecimento, como registra a memória de ações e maneiras de pensar de seus autores. É uma fonte vantajosa para a reconstrução histórica porque nela os estudiosos expõem tanto o seu trabalho quanto a avaliação que dele fazem no momento de sua atualidade.

O material consta de uma amostra de cerca de 900 livros. É uma produção nitidamente masculina e nacional. Instituições federais, estaduais e associações civis sem fins lucrativos comparecem com quase 35% da responsabilidade de edição, revelando, principalmente, o interesse do Estado na divulgação do conhecimento e o nível de concorrência com o setor privado.

A cidade do Rio de Janeiro é o maior centro de divulgação com 58% das publicações, enquanto São Paulo apresenta 25%; em seguida as cidades de Belo Horizonte, Salvador e Recife com aproximadamente 4% cada uma, divulgam livros que, na maioria, são financiados por órgãos estaduais e federais, indicativo da estreiteza do merca

do editorial naquelas cidades. Porto Alegre participa com um por cento; outras 15 cidades brasileiras publicam escassa e irregularmente trabalhos de Ciências Sociais, completando este quatro com 4% do total das publicações.

Além de sucintas, estas indicações não se referem à constituição interna do conhecimento. Cuidam de sua autoria, dos interesses envolvidos na publicação e da divulgação geográfica das Ciências Sociais. O tratamento desses dados não é nosso objetivo. Mas valeria dizer que estimulam sem dúvida uma nova reflexão sobre o "sentido social" das Ciências Sociais, tão fortemente acentuado por seus consultores, e os inúmeros problemas inerentes à divulgação das idéias. Seria esta talvez uma via possível para a melhor compreensão da recepção do pensamento pela sociedade e de sua influência sobre ela.

A primeira observação quanto ao conteúdo do material fez questionar a categoria "Ciências Sociais", mais frequentemente constituída pelos campos da Antropologia, Sociologia e Ciência Política. O conhecimento da multiplicidade das relações sociais, na realidade, está configurado por diferentes enfoques disciplinares que se complementam e interpenetram, enquanto cada campo do saber procura delinear sua fisionomia. Tornou-se indispensável reconstituir um conjunto disciplinar mais amplo do que o pretendido inicialmente.

Buscou-se caracterizar e comparar os campos da História do Brasil, Economia, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Geografia Humana e Demografia. O quadro abaixo mostra de modo quantitativo uma diferenciação da divulgação do conhecimento das diversas disciplinas:

Disciplinas	Nº de livros
História do Brasil	329
Economia	161
Sociologia	142
Ciência Política	112
Antropologia	102
Geografia Humana	61
Demografia	27
T O T A L	934

A descrição detalhada deste material, bem como os recursos utilizados para sua classificação e análise, não cabem no escopo deste trabalho. As referências feitas pretendem indicar - ainda que de forma precária - a base empírica das reflexões expostas a seguir.

Diversas observações foram feitas ao longo da análise. Uma nos chamou a atenção mais do que qualquer outra: a importância a tribuída ao passado e à sua reconstrução. Os estudos estão de tal modo marcados por esta orientação que o "tempo passado" parece ser um dos distintivos das "narrativas" das Ciências Sociais naquele período.

Esta tendência faz lembrar as palavras de Hanna Arendt em Entre o passado e o futuro:

"A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro - a onda de futuro - mas também o passado, é visto como uma força e não como praticamente todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. (...) Esse passado, além do mais, estirando-se por todo seu trajeto de volta à origem, ao invés de puxar para trás, empurra para a frente, e, ao contrário do que seria de esperar, é o futuro que nos impele de volta ao passado". (3)

Percebendo a "lacuna no tempo" no qual vive - diz a autora - o homem almeja uma esfera atemporal e fora do espaço. Refugia-se no pensamento, como o lugar que lhe ofereceria "a posição de juiz do qual poderia julgar com imparcialidade as forças que se digladiam". (4)

Nas décadas em que o projeto de futuro da sociedade brasileira parecia tão solidamente configurado, a "volta ao passado" se evidenciava no conhecimento científico. Não se expressa igualmente nos diferentes campos disciplinares e áreas temáticas. A tentativa destas notas é, justamente, esboçar as distintas visões que permeiam os trabalhos de reconstrução do passado e seus entrelaçamentos.

(3) ARENDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. S.P.: Ed. Perspectiva, 1972: 36-37.

(4) Op. cit., pg. 39.

1 - Ação extra-ordinária e construção da Nação

No campo da História do Brasil há obras de caráter geral ou que investigam a totalidade de um de seus períodos, a Colônia, o Império, a República; trabalhos sobre a própria disciplina; relatos sobre a História das Idéias e ainda uma Historiografia Social e Econômica emergente naquele período. Mas no conjunto os estudos históricos parecem estar cunhados pelo que aqui chamamos de Historiografia Política (5). Representam 60% de 329 livros.

A quantidade de publicações exprime ao menos um interesse específico - mentalidade própria de um grupo de historiadores. Avaliações do pensamento social (6), entretanto, costumam excluir, indiferenciadamente, esta produção, por julgar sua metodologia e fundamentos epistemológicos conservadores. O argumento da crítica insiste na inutilidade e inadequação de uma historiografia que cuida das façanhas de heróis, sem que sejam descritas dentro de uma trama de relações que forma um processo ou uma totalidade. Há relatos bem documentados e crônicas descuidadas. Tomadas no seu conjunto, as narrativas configuram um todo expressivo, articulado por princípios que ligam partes aparentemente isoladas. Representam uma das tradições de pensamento sobre a formação da Nação.

Vejamos a coerência desses relatos que se inscrevem em três planos distintos:

- (5) Uma discussão sobre os termos "História e Historiografia" se encontra nos livros de Francisco Iglésias, citado acima, e de J.R. do Amaral-Lapa, "Historiografia Brasileira Contemporânea", (A História em Questão), Petrópolis: Ed. Vozes, 1981. Seguimos a sugestão de F. Iglésias, para quem a Historiografia é o conhecimento da História, a fim de evitar ambigüidades no trabalho.
- (6) Embora não se refira especialmente à produção da Historiografia Política, o exame da bibliografia sobre o pensamento social e político brasileiro, realizado por Maria Tereza Sadek (BIB, nº 12, IUPERJ, 1981) indica - pela análise dos paradigmas utilizados nos trabalhos - a ausência de interesse no questionamento do conjunto daquela vertente do conhecimento.

1. Obras que tratam de eventos históricos, descrevendo fatos que se sucedem cronologicamente de 1500 até a década de 1930;
- 2) obras que registram acontecimentos localizados em estados da Federação, cidades ou regiões. Integram a "história geral" mas não lideram os passos de sua continuidade;
3. finalmente os estudiosos averiguam, analisam e historicizam as instituições militares, diplomáticas, político-jurídicas e administrativas.

A "história dos Eventos" delinea a conquista política e geográfica da Nação: o ato do descobrimento funda a linha de continuidade de ações cujo sentido é o domínio político de uma extensão de terra. A ocupação e colonização se inauguram com o estabelecimento de sesmarias e capitânias. Logo a ameaça à conquista se evidencia na luta contra os invasores "estrangeiros". As relações valorizadas na seleção dos historiadores - entre portugueses (colonizadores e sacerdotes-colonizadores) nativos e "estrangeiros" - exprimem conflitos étnicos, religiosos, de nacionalidades e políticos. O que está em jogo nessas lutas é a conquista territorial.

Os "estrangeiros" desaparecem do cenário dando lugar ao movimento dos bandeirantes. Surge a figura dos tropeiros. As incursões para o interior espelham o alargamento das fronteiras internas. Sucedem-se as revoltas nativistas contra o domínio português. Esse novo quadro cunha o princípio da "brasilidade", que a Independência completa e consagra. Sob a bandeira brasileira, o confronto étnico não se destaca mais no relato, e a disputa pelas fronteiras nacionais vai se transferindo para os limites com os países vizinhos. No plano interno as lutas permanecem, retratando um movimento de centralização do poder institucionalizado. Durante o Império, conflitos são apresentados enquanto ameaças à unidade político-geográfica. A República não impede a eclosão de lutas e conflitos sempre referidos à questão da unidade nacional.

A linha de ações sem as quais não haveria continuidade histórica persiste como centro da descrição, de uma perspectiva local-

particularista nas obras sobre cidades, estados da Federação ou conquista de regiões. Percebem-se três tendências. Uma narra a repercussão de grandes eventos de nível local (a Independência em Minas Gerais, por exemplo); outra descreve fatos históricos locais enquanto tentativas de quebra da continuidade histórica, sinônimo de unidade política e territorial; finalmente, livros detalham a fundação de cidades, a história de províncias e estados, o povoamento de regiões. É através da diversidade que esses estudos reforçam a idéia da unidade territorial e da Nação.

A narrativa complementa-se ao focalizar as instituições políticas. Os trabalhos já não sublinham a ação do "grande vulto", embora eventualmente ele possa estar presente: destacam práticas normatizadas e regulares. Descrevem ações e a organização dos militares e diplomatas. O perfil e a mentalidade de juristas e políticos são retratados nos estudos sobre o sistema político de representação (7) e nos exames históricos do Direito. Estes últimos abarcam de maneira mais ampla as normas que ordenam a vida social nos mais diversos aspectos. Já os relatos sobre órgãos públicos e seu funcionamento não só descrevem a burocracia do Estado como a prática dos administradores. Acrescentam-se trabalhos sobre a instituição da Igreja e seus filiados.

A condução política da conquista e ocupação de terras é o tema da Historiografia Política que confere sentido à reconstrução do passado. Algumas noções básicas permeiam as numerosas obras deste campo do conhecimento. A idéia de fronteira corresponde à realização de um domínio político no espaço geográfico; a ação política reveste-se de força missionária e é, por isso, extra-ordinária. No seu movimento de conquista, busca duplamente demarcar um território.

(7) Em "Teoria da História do Brasil", (SP., Ed. Nacional, 1969) J.H. Rodrigues classifica os "Diversos Gêneros da História" (Cap. 6); com outro sistema classificatório, Nelson Werneck Sodré apresenta e comenta diversas obras em "O que se deve ler para Conhecer o Brasil" (R.J., Civ. Bras., 1973). É importante a referência destes autores à Historiografia das instituições políticas. Não pretendem, contudo, analisá-la dentro de uma vertente do conhecimento historiográfico.

rio e os limites do poder centralizado. A Nação resulta desses feitos, constituindo-se política e teluricamente no palco da história de um povo. Assim concebida, a História é narrada como exemplo para o presente e futuro. Não há por que superar o passado quando se lhe atribui qualidade positiva.

Um exame desta vertente do conhecimento mostra que alguns de seus fundamentos estão próximos daqueles das teorias geopolíticas (8). Mas também se assemelham ao pensamento nacionalista de caráter jurídico-político. De qualquer forma, tanto a lei quanto a politização do espaço geográfico parecem ser os pontos centrais desse relato histórico sobre a edificação do Estado e da Nação. A Historiografia Política é acentuadamente diferente de outras disciplinas. Não só porque entrelaça a ação política ao Direito e à Geografia mas por lhe conceder um "lugar" especial - é a ação política que faz a História.

Ainda que com uma inserção diferente, é preciso reconhecer que as noções de fronteira, nação e ação política fazem parte de outras "narrativas" das Ciências Sociais. Se pensarmos a idéia de fronteira como consequência lógica da existência de uma linha de demarcação política de interesses diferentes - sociais, econômicos ou étnico-culturais - esses interesses seriam "impensáveis" e irrealizáveis fora de uma superfície terrestre (9).

Partindo desse pressuposto, a categoria "fronteira" está inscrita nos estudos sobre relações internacionais, comércio exterior, inversões estrangeiras, imperialismo e outros do campo da Ciência Política e da Economia. Aqui, as fronteiras externas - limites de uma economia e um Estado nacionais - ganham o foco de atenção dos estudiosos. Na Geografia Humana, Sociologia e Antropologia problematizam-se especialmente as "fronteiras internas".

(8) Sobre as matrizes geopolíticas e políticas do pensamento nacionalista, verificar: CASTELO BRANCO, Lucio. Staat, Raum und Macht in Brasilien. Munique, Fink Verlag, 1983. CHAUI, Marilena. Seminários: o nacional e o popular na cultura brasileira. S.P., Brasiliense, 1984; OLIVEIRA, Lucia Lippi. Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo. São Paulo, USP, 1986. Tese (Doutorado).

(9) CASTELO BRANCO, L., op. cit., 78-92.

Os estudos geográficos feitos entre 45 e 64 objetivam a caracterização do povoamento das regiões brasileiras do ponto de vista sócio-econômico. Não são escassas as pesquisas sociológicas sobre o meio rural, relações de trabalho no campo, conflitos relativos à propriedade da terra, colonização, êxodo rural. De outra perspectiva, dão continuidade à história do povoamento e da demarcação de fronteiras geográficas, políticas e econômicas. Na Antropologia, o tema da integração indígena lida com a mesma ordem de problemas, acrescentando-lhe as questões dos limites étnicos e culturais.

A categoria "fronteira" deixa-se entrever em temas de enfoques disciplinares distintos. As noções de Nação e ação política se constituem, possivelmente, a partir de concepções de história que orientam as pesquisas de reconstrução do passado. Serão novamente discutidas no desenvolver do trabalho.

2 - A contribuição do "homem-comum" à mudança social

Excluídos do horizonte disciplinar da Sociologia, Economia e Historiografia Social e Econômica, eventos e feitos históricos dão lugar ao processo social e histórico - noção indispensável para a compreensão daqueles campos do saber. Não só aquela idéia assume importância, mas também a de trabalho. A qualidade antes atribuída à atuação política é transferida para a atividade produtiva do trabalho. Esta passa a ser considerada elemento relevante, senão determinante, de mudanças históricas que constituem novos "tipos" de sociedade.

Não existe consenso (10) entre pesquisadores sobre estas ques

(10) CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1. Anais. S.P., Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955 e: "Resistências à mudança: fatores que impedem ou dificultam o desenvolvimento". IN: SEMINÁRIO INTERNACIONAL. Anais. R.J., Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1959. Estes documentos dão uma visão de conjunto da perspectiva de pesquisadores de diferentes áreas - sobre mudança e desenvolvimento - a partir do que se pode observar também sua maneira de conceber a História.

tões. Contudo, as diferentes posições teórico-metodológicas não impedem sugerir que a reconstrução do passado tem no processo de mudança das atividades produtivas materiais o centro do interesse daqueles estudiosos, conscientes da transitoriedade do momento em que vivem. Mudança significa modernização, construção de uma sociedade urbano-industrial. No sentido histórico, quer dizer desenvolvimento, passagem de um padrão societário "antigo" para o "moderno". (11)

Quando as disciplinas das Ciências Sociais desejam institucionalizar suas práticas acadêmico-científicas e traçar os limites de suas identidades, ocorre uma importante atualização da concepção moderna de história nos estudos sobre a sociedade. Vertentes modernista e tradicional têm sido apontadas e discutidas em trabalhos sobre o pensamento social antes de 1945. (12) Mas as condições econômicas, sociais e político-ideológicas dos quase vinte anos que separam 1945 de 1964 propiciam enfática legitimação de uma perspectiva moderna da História - que de fato correspondia às mudanças ou procurava soluções para as transformações que ocorriam naquele período. Os estudos "modernistas" reatualizaram-se. Enfocaram e buscaram conhecer a esfera do trabalho e da economia através de procedimentos empírico-científicos, pelos quais tanto lutaram alguns de seus autores.

Nos trabalhos que esboçam "uma visão moderna do passado", há uma distinção sensível, relativa à intencionalidade da elaboração do conhecimento. Repartem-se de imediato em dois conjuntos. No primeiro deles, as obras visam expor e discutir o valor pragmático do conhecimento, o papel do sociólogo, economista, historiador social, quando não do cientista social em geral. Distinguem-se ainda trabalhos de revisão do conhecimento já adquirido, polêmicas teórico-metodológicas e livros que tratam de aspectos teóricos das disciplinas, manuais e introduções. Essa linha de estudos não é re

(11) Ibidem.

(12) Vf. SADEK, Maria Tereza, op. cit. e MORAES, Eduardo Jardim. IN: A brasilidade modernista. RJ., Graal, 1978; "A Constituição da ideia de modernidade no modernismo brasileiro". Rio de Janeiro, UFRJ, 1983. Tese (Doutorado). (mimeo).

presentativa nos campos da Historiografia Política, Demografia, Geografia, Ciência Política ou mesmo da Antropologia (a comparação neste caso surpreende). Aos estudiosos "modernos" faz-se necessário demonstrar a indisponibilidade do conhecimento da esfera sócio-econômica, moderno, científico. Aqui, os cientistas discutem e avaliam o seu trabalho.

O segundo conjunto apresenta duas vertentes. Há uma linha de trabalhos que chamamos de "caráter geral". São ensaios ou pesquisas sobre desenvolvimento social, industrialização, revolução, dualidades e contrastes sócio-econômicos, estagnação, formação sócio-econômica. Não seria possível caracterizá-los melhor nestas notas. De modo geral, problematizam o passado como uma etapa cujos "resquícios", "restos" e "sobrevivências" atuam como obstáculos no tempo presente.

A segunda vertente apresenta um registro rico e cuidadoso, no qual o "homem comum" (13), anônimo, trabalhador, emerge na cena histórica. Hoje, reavaliam-se os procedimentos metodológicos que teriam impedido o "falar" desses homens comuns. Antes é preciso dizer que esta produção apresenta uma memória significativa de suas ações, sua mentalidade, seus modos de vida e conflitos. Embora aqui a tendência se assemelhe, há diferenças notáveis que afastam a Sociologia da Economia e esta da Historiografia Social e Econômica.

Em seu universo temático, a sociologia é, possivelmente, a disciplina que retrata o "trânsito" de uma sociedade cuja complexidade se intensificava. O maior número de trabalhos tem seu interesse voltado para o "movimento" do meio rural (porque nele repercutiam transformações ocorridas nas cidades, ou porque dele dependia o sucesso do processo urbano de industrialização). Em todo caso, o campo é o locus privilegiado em que o tempo passado consubstancia-se em um tipo de sociedade (em mudança) ainda podia ser estudado para que se avaliassem suas conseqüências no presente e futuro.

A Sociologia do processo de mudanças destaca três atores: migrantes, imigrantes e negros. São agentes sociais que histórica, so

(13) Esta expressão é usada por F. Igléias e J.H. Rodrigues nos livros acima mencionados.

cial e espacialmente transitam. Exceto nos casos da migração de centros urbanos estrangeiros para cidades brasileiras, o movimento daquelas populações se faz dentro do próprio mundo rural, ou deste para a cidade, às vezes, com intervalos, para a "grande cidade". A história da inserção social daqueles atores enquanto força de trabalho, mobilidade, fixação e diversificação de suas atividades produtivas é objeto de pesquisa. Importa lembrar que neste quadro de estudos ainda comparecem questões de ordem étnica, racial, cultural, nacional e certamente regional. A expectativa da "contribuição" do imigrante contrasta com os "problemas" dos quais negros e migrantes são portadores.

Outros trabalhos investigam o meio rural no sentido mais restrito. Descrições de comunidades rurais e estudos sobre patriarcas, senhores de engenho, coronéis, jagunços, parceiros, arrendatários, trabalhadores rurais e sertanejos formam uma seqüência que inclui "velhas" e "novas" relações sociais. O conhecimento de relações de trabalho, propriedade ou funções produtivas retrata também conflitos, aspectos políticos e religiosos.

Embora a urbanização e o empreendimento industrial fossem alvo dos interesses básicos dos sociólogos, poucos foram, comparativamente, os trabalhos específicos sobre esses assuntos. Fora do conjunto de "obras de caráter geral", onde há livros que tratam dessas questões ou de algum de seus aspectos, as investigações sobre os centros urbanos são escassas, e surgem com regularidade na segunda metade da década de 50. Tratam da origem e formação do operariado e empresariado nacional, surgimento de sindicatos, sua organização, conflitos e greves. Também há pesquisas sobre as condições de habitação nas grandes cidades.

Ao retirar do anonimato o "homem-comum", a Sociologia substitui a ação do vulto histórico, do militar, político, jurista ou administrador por um processo de relações sociais do qual participam outros atores - que integram grupos, camadas ou classes sociais. Mantém ou busca manter a visão de um "todo" ou "totalidade" social, característica que, na realidade, identifica a disciplina, antes da inauguração de sua prática no Brasil.

A análise temática estimula repensar traços peculiares à Sociologia naquele período. A tentativa dos sociólogos de estabelecer seus limites com a tradição da História do Brasil e dos estudos etnológicos afasta de suas reflexões os planos da política e da cultura. Privilegiam então a estrutura e dinâmica das relações de trabalho como fator relevante para o conhecimento dos processos históricos e sociais. Mas a disciplina termina por destacar diferenças de ordens diversas, com o que compõe a representação de um todo complexo. Complexo não só no sentido de uma sociedade que se moderniza, diferencia e torna mais interdependente; complexo pela sua história étnica, racial e cultural.

A Economia, próxima da Sociologia no que diz respeito à importância atribuída ao caráter social da produção material, apresenta uma articulação temática notadamente distinta. Opera com a categoria de desenvolvimento econômico, que significa também desenvolvimento social e histórico. Os fundamentos e noções que constituem aquela categoria são um dos pontos centrais das controvérsias entre os economistas.(14) É provável que no campo da Economia as ações de diferentes agentes sociais se apresentem, efetivamente, cristalizadas em processos de produção, circulação e distribuição de bens, ainda que a descrição desses processos se refira às relações entre camadas e classes sociais. Significativamente, a ação social e política transparece nos trabalhos que versam sobre política econômica, ou seja, a atuação e intervenção do Estado no processo de desenvolvimento em curso.

O campo da Economia apresenta três planos que se conjugam à questão central do desenvolvimento:

1. Há obras que estudam o desenvolvimento da economia brasileira do ponto de vista histórico. Trata-se de trabalhos de interpretação e síntese.
2. Seguem-se publicações que descrevem e discutem a política econômica. Distinguem-se os estudos sobre o desenvolvimen-

(14) Vf. SUNKEL, O. e PAZ, P., Os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. R.J.: Forum, 1974; LIMA, Heitor Ferreira. História do pensamento econômico no Brasil. SP., 1976.

to e a política econômica; outros sobre os aspectos nacional e social daquela política. Livros sobre o planejamento do desenvolvimento econômico de nível nacional e regional debatem a constituição de uma política econômica adequada. De outro ângulo, uma sequência de trabalhos sobre capital estrangeiro, empréstimos e dívida externa, inflação e distribuição da renda estão ancorados na crítica às políticas dos governos ou sugerem sua revisão.

3. Um número menor de publicações mostra trabalhos específicos sobre a industrialização, embora neles esteja sempre presente a questão do desenvolvimento; estudos sobre o setor agrícola ressaltam problemas da modernização, reforma agrária, transformação da estrutura fundiária; o comércio exterior configura, neste plano, outra área de estudo em que o café é o produto mais focalizado. Completa este quadro um pequeno número de trabalhos sobre o setor financeiro.

Uma vez inaugurada a abordagem econômica, a necessidade de torná-la mais consistente e legítima caminha pari passu com a sugestão da indispensabilidade da intervenção política no processo do desenvolvimento. Forja-se assim um pensamento econômico nacionalista, que delega ao Estado Nacional a proteção e o planejamento da produção e distribuição da riqueza. Talvez, por este motivo, os estudos da Economia, embora tenham um "pano de fundo" histórico, tendem, mais do que outros, a analisar conjunturas e denunciar acontecimentos, fatos e atuações que dificultam a realização de uma nova e plena etapa histórica.

Diferentemente da Economia e sociologia, a Historiografia Geral e Econômica apresenta um número restrito de publicações se comparada à duas disciplinas ou à numerosa produção da Historiografia Política. No que concerne à sociedade strictu sensu há obras de síntese, tentativas de interpretação da formação histórica (15); a

(15) A quantidade reduzida de livros publicados nesta área é significativa para o conhecimento das características do campo da História do Brasil e sua convivência com outras disciplinas. O que não significa não haver, na Historiografia Econômica, obras paradigmáticas - como as de Caio Prado Júnior - que inovaram a pesquisa e o debate teórico, fora mesmo dos limites de sua disciplina.

guns poucos registros sobre lutas operárias. O mais surpreendente, neste conjunto, é a atenção dada ao problema da escravidão. Poucos são os relatos históricos das lutas dos escravos; raras pesquisas investigam o sistema escravocrata social e economicamente. Em alguns estudos, a abolição é encarada como fato político. Evidentemente, a escravidão é objeto de estudo em obras da Historiografia Política, obras gerais sobre a História do Brasil, Colônia e Império, em livros de interpretação da formação histórica. De qualquer forma, questiona-se a quase ausência de trabalhos específicos sobre a escravidão, principalmente no campo da Historiografia Social e Econômica. A esfera econômica é reapresentada em estudos sobre processos econômicos, sendo focalizada com maior destaque a estrutura da economia colonial; alguns trabalhos sobre a industrialização e outros que tratam das características dos ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café. Contempla-se, limitadamente, a história bancária.

Embora haja traços de proximidade, a vida social e econômica - seu desenvolvimento, suas mudanças e seus atores - desponta de forma bastante diferenciada nos campos disciplinares que a elegem como objeto de reflexão.

3 - Antepassados

Outra "visão" do passado coexiste no conjunto de estudos das Ciências Sociais. Esta vertente descreve e registra a vida social de grupos que teriam comparecido à cena original de formação da sociedade brasileira. Conservariam hábitos e costumes "primitivos" na atualidade de seus modos de vida. A narrativa etnográfica, principalmente, contribui, através da observação da "sobrevivência", reconstituição de mitos, lendas e crenças, para uma espécie de historiografia dos primeiros tempos. Aqui o passado é reconhecido como um patrimônio comum aos brasileiros - algo que é "nosso". (16)

(16) Vê. RIBEIRO, Darcy, Religião e Mitologia Kadiuê. RJ, Serviço de Proteção aos Índios Ministério da Agricultura, 1950; SCHADEN, Egon. A Mitologia heroica das tribos indígenas no Brasil. RJ, Ministério da Educação e Cultura, 1959.

Seria incorreto afirmar que estas narrativas pertencem à Antropologia, mas sim a um campo de estudo e trabalho que ao longo do tempo vai forjando os alicerces do que hoje reconhecemos como Antropologia. (17) Naquele momento, os próprios autores denominavam seus estudos de etnográficos, etnológicos ou etno-sociológicos. Em todo caso, o que articula a identidade desses trabalhos, diferenciando-os de outras reflexões, é a questão da cultura, fio da meada de interpretações, descrições e análises.

As pesquisas sobre as comunidades indígenas têm como objetivo o estudo de mitos, lendas, crenças, línguas, ocupando-se basicamente de aspectos culturais; algumas delas destacam a funcionalidade desses traços na vida de um grupo; outras descrevem comparativamente grupos indígenas, ou elegem uma comunidade para registro; inauguram-se investigações sobre a organização social daqueles grupos. Surgem com mais regularidade, na segunda metade da década de 50, trabalhos sobre a integração indígena na sociedade brasileira. Quase metade das obras que constituem uma Antropologia em formação recebe e reelabora uma já longa tradição de estudos indigenistas.

Como os indígenas, os negros são também portadores de um "tempo passado". No plano do pensamento, são rerepresentados enquanto grupos, ainda que de origem étnica e cultural diferenciada. A sobrevivência "genuína" de traços culturais de origem, a compreensão e classificação de cultos e o sincretismo religioso são problemas para os estudiosos da cultura negra. Paralelamente surgem trabalhos que ressaltam as relações sociais inter-étnicas (18) mas não logram forjar, naquele período, uma linha de pesquisa como os estudos sociológicos sobre o negro.

O problema da diversidade regional perpassa todas as discipli

(17) Vt. PEREIRA DE QUEIROZ, M.I., "Études ethno-sociologiques au Brésil". Cahiers de l'Institut de Science Économique Appliquée, Recherches et Dialogues Philosophiques et Économiques, Paris, (96), 1959; FERNANDES, Florestan. A Etnologia e a Sociologia no Brasil. SP, Ed. Arhemi, 1958; MELATTI, Julio Cesar. "A Antropologia: um roteiro". BIB, IUPERJ, (17), 1984.

(18) Além de escassos, estes estudos destacam as "influências" do negro em uma prática social, mais do que focalizam as relações raciais.

nas referidas. Mas é curioso notar que, de uma perspectiva antropológica (no sentido de que a questão cultural é mais relevante), surgem pesquisas sobre o Nordeste, povoamento da região, origem e características do engenho de açúcar, aspectos diversos da vida rural, configurada pela produção da cana de açúcar e pelo patriarcalismo. Não guardaria o Nordeste, nesta visão, a imagem do "lugar" de origem de um "povo" ou de uma "civilização"?

Obras de interpretação da formação étnica-cultural do Brasil coram este percurso das Ciências Sociais, o qual, voltando-se para o passado, problematiza o plano da cultura como esfera da vida social que permitiria a compreensão de um modo de ser peculiar aos brasileiros.

Ao comentar esta vertente do pensamento das Ciências Sociais, é preciso mencionar os estudos de Folclore. A delimitação das fronteiras da Antropologia, Sociologia, História Social e dos estudos de Folclore está registrada em polêmicas e desavenças entre folcloristas e os cultores daqueles campos do conhecimento. (19) Os estudos de Folclore não alcançaram o estatuto de disciplina científica tal como pretenderam alguns de seus estudiosos e defensores. Mas sua prática foi institucionalizada em institutos, museus, órgãos de governo estaduais e federais.

A tentativa de verificar os limites disciplinares levou-nos a observar a produção de conhecimento sobre o Folclore. E a questionar a proximidade desses estudos de uma reconstituição do passado que busca origens e raízes. Os folcloristas registram e catalogam expressões do saber popular e manifestações culturais, principalmente de populações rurais que permaneceriam como "fonte da brasilidade". Lendas, mitos, danças, músicas, contos, festas, aspectos da produção artesanal são guardados em numerosos estudos. A indaga

(19) Vf. FERNANDES, F., op. cit.; CARNEIRO, Edison. "Evolução dos Estudos de Folclore no Brasil". Rev. Bras. de Folclore, n^o , RJ, 1962; RAMOS, Arthur. Estudos de Folclore. RJ, Casa do Estudante do Brasil, 1958; PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. A Dança de São Gonçalo num povoado bahiano. Salvador, Fundação para o Desenvolvimento da Ciência. Livraria Progresso, 1958; BASTIEN, Roger. Sociologia do Folclore brasileiro. SP., Anhembi, 1959.

ção, note-se, não pretende anular as diferenças entre os estudos de Folclore e o conhecimento do Folclore elaborado nos campos da Sociologia e da Antropologia.

4 - Duas questões sobre cultura, política e história

O interesse pela reconstrução do passado, nas suas diversas modalidades, evidencia a tendência histórica das Ciências Sociais de 1945 e 1964. Este traço aproxima disciplinas e áreas temáticas, ao mesmo tempo, as diferencia. Não se concebe o tempo passado de forma idêntica. O esboço que expusemos levanta duas questões.

A primeira diz respeito à possibilidade de conhecer a constituição das noções de "nação", "identidade nacional", "brasilidade" ou "cultura brasileira" através da relação que a construção dessas categorias mantém com diferentes concepções de História - as quais norteiam os estudos sobre a sociedade. São noções presentes na Historiografia Política quando trata da construção da Nação nos limites da geografia e da política; na proposta de um desenvolvimento econômico nacionalista, na Economia e nos estudos sobre o nacionalismo da Ciência Política. (20) A Antropologia, fazendo outro caminho, procura a singularidade dos brasileiros através de sua formação étnica e cultural. Enquanto a Sociologia, e o esforço de distinguir uma abordagem própria de um enfoque "culturalista", termina destacando questões culturais, mesmo que como "obstáculos" mostrando, portanto, às avessas, a existência de uma ordem cultural.

A outra questão concerne a esfera da política. Há grandes diferenças quanto à concepção de política, ao reconhecimento de agentes políticos, ao significado da ação política. Na Historiografia Política, não há dúvida de que a ação política, vista como ação extraordinária, é própria de figuras históricas e dos que se dedi-

(20) Não mencionamos especialmente a Ciência Política neste trabalho. No período estudado, encontra-se ainda próxima da Historiografia Política e da Ciência do Direito. Alguns trabalhos sobre o nacionalismo, entretanto, têm seus fundamentos no desenvolvimento econômico.

cam à prática jurídico-administrativa do Estado. É a atuação política que norteia a construção de uma história nacional.

Nos estudos que concebem a História enquanto processo constituído pelas atividades produtivas do trabalho humano, a ação política é responsabilidade daqueles que tomam "consciência" de um processo já em curso. A atividade política traduz uma intervenção segura que tem como finalidade a realização de um projeto - imagem da sociedade futura. No pensamento sociológico, atribui-se valor político à ação cívica e pedagógica dos sociólogos, que de resto deveria servir de exemplo para todos os cientistas sociais. Afinal, não seriam eles, agentes sociais efetivamente destituídos de resquícios do passado, e, portanto, portadores de atributos indispensáveis a uma ação de fato "moderna"? No campo da Economia sugere-se que os "planejadores", de posse de conhecimento científico, ocupem lugares na administração do Estado ou ofereçam subsídios para os planos econômicos.

Em trabalhos que se distinguem pela marca da cultura, relações de mando e obediência e conflitos provocados por sistemas de dominação são reconhecidos e estudados. Contudo, o interesse em constituir uma referência ou referências culturais comuns a agentes sociais situados diferentemente no sistema político de dominação - termina por dissolver os conflitos de ordem política (21) em uma "unidade" cultural.

Estas questões traduzem problemas trazidos pelas Ciências Sociais. Estimulam a continuidade da pesquisa e reflexão. Indicam que não existe unidade nos modos de pensar dos estudiosos, mas que seu trabalho intelectual, possivelmente, converge para as questões da política, história e cultura.

(12) VILLAS BÔAS, Gláucia. O tempo da Casa Grande. IN: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 9. Águas de São Pedro, 1985.

ABSTRACT

Visions of the Past: A commentary on the Social Sciences in Brazil

The author observes and analyzes some characteristics of the internal constitution of the Social Sciences while reconstructing its disciplinary and thematic profile, through which institutional and socio-historical conditions which penetrate the process of the elaboration of knowledge can also be identified. Taking the book as main empirical instrument and focusing the time span between 1945 and 1964 (the period of consolidation of the Social Sciences in Brazil), the author shows the importance given to the past and its reconstruction as well as to the building of the nation and its modernization. The conclusion is that, despite differences among the Social Sciences, the central themes and preoccupations during the period were essentially the same.

RESUME

Visions du Passé: Commentaire sur les Sciences Sociales au Brésil

Cet article observe et analyse les caractéristiques de la constitution interne des Sciences Sociales en composant leur profil disciplinaire et thématique, par lequel les conditions socio-historiques et institutionnelles qui s'insèrent dans le processus d'élaboration de la connaissance peuvent aussi être identifiées. Prenant le livre comme instrument empirique et les deux décades de 1945 à 1964 (période de consolidation), l'auteur montre l'importance attribuée au passé et à sa reconstruction, tout comme à la construction

nationale et à la modernization. La conclusion indique que, malgré les différences entre les diverses sciences sociales, les préoccupations centrales, pendant la période étudiée, sont essentiellement les mêmes.